



## Assembleia por Local de Trabalho no IFMA Monte Castelo esclarecer dúvidas jurídicas

Sindsep realiza assembleia com servidores do IFMA Monte Castelo para esclarecer algumas dúvidas da categoria e tratar da pauta jurídica dos filiados.

O advogado Arnaldo Vieira da assessoria do Sindsep/MA foi o responsável por fazer os esclarecimentos jurídicos seguindo a pauta pré determinada na convocatória, entretanto, devido a necessidade de responder a alguns questionamentos não limitou-se aos assuntos pautados.

“Nesse momento em que o governo está fazendo um esforço enorme para retirar direitos de trabalhadores

e desmontar os serviços públicos torna-se imperativo que o Sindicato esteja cada dia mais próximo da base para ouvir e atender as demandas da categoria”, disse João Carlos Martins, servidor do IFMA e diretor de Administração e Finanças do Sindsep/MA

Dentre os temas debatidos estão os processos de 3,17% e 28%; insalubridade e periculosidade, além das consequências relativas ao decreto nº 9991/19 de 28 de agosto de 2019 que disciplina a liberação dos servidores para a realização de cursos e aperfeiçoamento.

“Nós servidores públicos estamos passando por um momento muito complicado em que o governo nos trata apenas como despesa e não nos dá a mínima condição de trabalho. Por isso temos tantas pendências judiciais e temos que estar integrados – setor jurídico e nossa Base”, disse Raimundo Pereira, presidente do Sindsep/MA

Estavam presente também os diretores Cintia Cristina, da secretaria de Esporte, Cultura e Lazer, João Carlos Martins, secretaria de Administração e Finanças, Cleonice Rocha, vice-presidenta e o presidente Raimundo Pereira.

QUEREM ROUBAR SUA APOSENTADORIA!

REAJA AGORA!

reajaagora.org.br



## Discurso de Bolsonaro na ONU contraria indígenas e dados oficiais

Cumprindo a tradição criada na década de 1940, o Brasil foi o primeiro país a discursar na Assembleia Geral das Nações Unidas, cuja cerimônia de abertura se deu nesta terça-feira, 24. O ponto de maior destaque no discurso do presidente Jair Bolsonaro foi a Amazônia, que ganhou manchetes de jornais internacionais nas últimas semanas pelo aumento expressivo de focos de incêndio e de desmatamento. De acordo com Bolsonaro, as matérias são sensacionalistas. "A Amazônia permanece praticamente intocada, prova de que o Brasil preserva o Meio Ambiente", afirmou.

Com argumento de proteção da soberania nacional - que não é considerado quando o assunto é privatização de empresas estatais - Bolsonaro mais uma vez reforçou que o Brasil não vai demarcar territórios indígenas porque, para ele, as áreas atualmente protegidas são excessivas, que impedem a prosperidade do agronegócio e da mineração. Para simular legitimidade, a delegação brasileira levou para Nova York a indígena Ysana Kalapalo, não reconhecida como representante indígena pelas lideranças nacionais.

De forma preocupante, caminhando para o discurso econômico de vendas e "parcerias internacionais", Bolsonaro ressaltou que as reservas indígenas possuem ouro, diamante e nióbio em suas terras, e declarou que uma nova política indigenista que considere o empreendedorismo no Brasil é necessária.

Pelo Facebook, Eloy Terena, assessor jurídico da Associação dos Povos Indígenas Brasileiros (Apib), criticou o discurso. "Presidente Bolsonaro discursando na cúpula da ONU em Nova Iorque citando da-

dos ultrapassados referentes aos povos indígenas! Afirmou que no Brasil temos 220 povos, quando na verdade são mais de 305! Citou 77 povos isolados, quando o último levantamento aponta para 114 povos em isolamento voluntário; usou o termo 'tribo', uma terminologia totalmente ultrapassada na ciência! Leu um suposta carta de apoio a Ysana Kalapalo, subscrita por lideranças indígenas inominadas e de territórios desconhecidos! Criticou o colonialismo, mas atualmente no Brasil é o símbolo máximo de velhas práticas coloniais - tem até 'índia' de estimação."

### Agropecuária

Bolsonaro utilizou dados recentemente divulgados pela Nasa, que considera que apenas 8% do território brasileiro é destinado ao agronegócio e que 61% são áreas preservadas. Entretanto, estes números já foram contestados pelo Observatório do Clima. De acordo com a organização, o dado é exemplo de uma metodologia estadunidense que se refere somente a cultivos agrícolas. Incluindo as pastagens, o Brasil chegaria a 33% de seu território ocupado.

Apesar das áreas de preservação, o desmatamento cresce exponencialmente. De acordo com o Observatório, em 16 anos, perdemos o equivalente a um Estado de São Paulo em vegetação nativa.

### Repúdio

Em carta, dezesseis povos do Território Indígena do Xingu emitiram alerta sobre a delegação do Brasil na ONU e criticaram a participação de Ysana Kalapalo. "O governo brasileiro não se contentando com os ataques aos povos indígenas do Brasil, agora quer legitimar sua política anti-indígena usando uma figura indígena

simpatizante de suas ideologias radicais com a intenção de convencer a comunidade internacional de sua política colonialista e etnocida. Não aceitamos e nunca aceitaremos que o governo brasileiro indique por conta própria nossa representação indígena sem nos consultar através de nossas organizações e lideranças reconhecidos e respaldados por nós", declara o texto.

No início de setembro, audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara Federal teve como tema políticas ambientais e povos indígenas, em que participaram lideranças indígenas e representantes da Assembléia Nacional e da Condsef/Fenadsef. Na ocasião foi ressaltada, com dados, a gravidade da crise ambiental, que diferentemente de anos anteriores, é caracterizada pelo desmonte e pela omissão dos atuais gestores, que não têm, em geral, experiência e capacitação para ocuparem os cargos.

Para o analista de Políticas Públicas da ONG WWF, Bruno Taitson, é evidente que a crise na Amazônia é consequência do desmonte dos setores de fiscalização e de proteção ambiental do governo. "20% do desmatamento foi registrado em unidades de conservação ambiental e em territórios indígenas, que o Estado tem o dever constitucional de proteger. Ao mesmo tempo em que existe este número crescente, as notificações diminuíram 30%. Como é que as multas diminuem nesse contexto? Não precisa ser um gênio para entender que faz parte de um desmantelamento da legislação e dos direitos dos povos indígenas", comentou Taitson.

Condsef/Fenadsef